



137

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº. 0009863-06.2011.8.17.0370 (0280529-8)
COMARCA: CABO DE SANTO AGOSTINHO
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: RODRIGO JOSÉ DA SILVA
ADVOGADO: JOSÉ FELICIANO DE BARROS JÚNIOR
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA
MENDONÇA (CONVOCADA)
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. NÃO OCORRÊNCIA. PROVA INCONTESTE DA MATERIALIDADE DO CRIME E AUTORIA IMPUTADA AO APELADO. RÉU CONFESSO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ART. 28 DA LEI DE DROGAS. IMPOSSIBILIDADE. PENA-BASE ADEQUADA AO CASO CONCRETO. FRAÇÃO CORRESPONDENTE À MINORANTE DO § 4º DO ART. 33 NÃO DISCRIMINADA E NEM FUNDAMENTADA. REDUÇÃO A MENOR QUE O ESTIPULADO PELA LEI. READEQUAÇÃO. PENA TOTAL REDUZIDA. *QUANTUM* DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUPERIOR AO DO ART. 44 DO CP. SUBSTITUIÇÃO VEDADA. APELO PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO UNÂNIME.

1. Encontrando-se a materialidade e a autoria delitiva confirmadas de modo incontestado pelas provas do autos, onde os depoimentos dos policiais responsáveis pelo flagrante são, inclusive, confessados pelo réu, não há que se falar em absolvição, por não está demonstrada nenhuma das hipóteses do art. 386, do CPP, devendo ser mantida a condenação.

2. Se o próprio réu confessa que o entorpecente apreendido em sua posse se destinava à venda, não há como se subsumir a conduta por este empreendida ao crime do art. 28 da Lei de



138

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

Drogas, onde a substância ilícita deve se destinar ao consumo pessoal, sendo impossível a sua desclassificação.

3. Tendo o o Juiz Singular reconhecido em favor do acusado a causa de redução de pena definida no § 4º, do art. 33, da Lei 11.343/2006, deve descrever e fundamentar a fração a ser aplicada, não podendo esta ser inferior ao mínimo estabelecido pelo legislador, devendo ser redimensionada a reprimenda nesta parte. Desse modo, considerando as mesmas circunstâncias judiciais do art. 42 da Lei de Drogas e do art. 59 do CP, já analisadas por ocasião da sentença, em face da referida minorante, deve ser fixada a fração de 2/5 (dois quintos), passando a pena, em definitivo, para 04 (quatro) anos, 02 (dois) meses e 12 (doze) dias.

4. Mantida a pena privativa de liberdade em patamar superior ao *quantum* do art. 44 do Código Penal é vedada a sua substituição pela restritiva de direitos

5. Apelo parcialmente provido. Pena privativa de liberdade reduzida. Decisão uníssona.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0009863-06.2011.8.17.0370 (0280529-8)**, no qual figuram como partes as retromencionadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **dar provimento parcial do recurso, reduzindo a pena privativa de liberdade imposta para 04 (quatro) anos, 02 (dois) meses e 12 (doze) dias de reclusão**, permanecendo, todos os demais termos da sentença condenatória, conforme relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife,

23.09.2014

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL	Nº. 0009863-06.2011.8.17.0370 (0280529-8)
COMARCA:	CABO DE SANTO AGOSTINHO
VARA:	2ª VARA CRIMINAL
APELANTE:	RODRIGO JOSÉ DA SILVA
ADVOGADO:	JOSÉ FELICIANO DE BARROS JÚNIOR
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA:	DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA MENDONÇA (CONVOCADA)
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por **Rodrigo José da Silva**, em face da sentença de fls. 84/86, proferida nos autos da ação penal em epígrafe, pela qual foi condenado às penas privativa de liberdade de 05 (cinco) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, e pecuniária de 600 (seiscentos) dias-multa, pela prática do crime tipificado no art. 33, *caput*¹, da Lei 11.343/2006 (tráfico ilícito de entorpecentes).

Em suas razões, de fls. 94/106, pugna o apelante, sucessivamente, pela reforma da decisão supracitada para absolver o apelado em face do *in dubio pro reo*, entendendo ser a prova constante dos autos insuficiente para

¹ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



a condenação, ou pela desclassificação do ilícito para o delito descrito no art. 28² da Lei nº. 11.343/2006 e, ainda, em sendo esta mantida a condenação nos termos da sentença, que a pena-base seja aplicada no mínimo legal, sendo a nova reprimenda inferior a 04 (quatro) anos, pede a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

Às fls. 108/112, o Ministério Público apresentou contrarrazões recursais, onde requer a manutenção da sentença condenatória em todos os seus termos.

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal, em seu parecer de fls. 123/127, opinou pelo não provimento do recurso.

O réu aguarda o julgamento do apelo em liberdade.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos para julgamento.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 11.12.2012


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

² Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

- I - advertência sobre os efeitos das drogas;
- II - prestação de serviços à comunidade;
- III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.



139

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº. 0009863-06.2011.8.17.0370 (0280529-8)
COMARCA: CABO DE SANTO AGOSTINHO
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: RODRIGO JOSÉ DA SILVA
ADVOGADO: JOSÉ FELICIANO DE BARROS JÚNIOR
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA
MENDONÇA (CONVOCADA)
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Inicialmente, requer o apelante a reforma da sentença condenatória para que seja absolvido, haja vista a insuficiência de provas, aplicando-se, a espécie, o princípio do *in dubio pro reo*.

Pois bem.

Narra a denúncia de fls. 02/05 que, em 04/10/2011, por volta das 16:30, em uma construção inacabada, na Rua 95, quadra 51, Lote 02, no Município do Cabo de Santo Agostinho, o denunciado foi flagrado na posse de 367 (trezentas e sessenta e sete) pedras de *crack*, visando a sua venda a terceiros.

A materialidade dos crimes está consubstanciada no auto de prisão em flagrante (fls. 20/25), no auto de apresentação e apreensão (fl. 28), assim como no laudo de constatação de fls. 41/42 e na perícia físico-química (fls. 71/80).



340

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

A autoria do crime, imputada ao acusado, também resta confirmada pelos depoimentos dos policiais militares ouvidos tanto na fase policial (fls. 20/23), assim como pelo Comissário de Polícia José Ivando Amaral, inquirido em Juízo (fls. 66/67). Extraí-se dos autos que, após o recebimento de denúncia anônima de que estava ocorrendo tráfico de drogas em um prédio inacabado na Rua 95, os policiais seguiram até o local onde flagraram o apelante na posse da droga descrita na exordial que se encontrava no interior de uma pochete, a qual foi jogada fora quando ele avistou os agentes, sendo apreendido, após curta perseguição.

O apelante, por sua vez, nas duas ocasiões em que foi inquirido (fls. 24/25 e 66) confessa totalmente a prática criminosa narrada na denúncia, afirmando, inclusive, que as 367 (trezentas e sessenta e sete) pedrinhas seriam vendidas por R\$ 10,00 (dez reais) cada uma.

Outrossim, o fato de as testemunhas serem policiais, por si só, não invalida os seus depoimentos, pois além de prestarem juramento de falar a verdade, sob pena de perjúrio, os mesmos foram submetidos ao crivo do contraditório, assim como, observou-se o princípio da ampla defesa, sendo, portanto, os seus testemunhos válidos como meio de prova, a teor da Súmula 75³ deste Tribunal de Justiça, ao passo que os fatos também foram confirmados pelo próprio réu.

Assim, demonstrada, de forma incontestada e indubitosa, pelas provas constantes dos autos a materialidade do crime de tráfico ilícito de

³ "É válido o depoimento de policial como meio de prova."



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

entorpecentes e a autoria deste imputada ao acusado, impossível a sua absolvição, uma vez que não restou configurada nenhuma das hipóteses do art. 386, da Lei Adjetiva Penal.

Por outro lado, como descreve o próprio réu o entorpecente apreendido em sua posse se destinava à venda, não tendo como se subsumir à conduta descrita no art. 28 da Lei de Drogas, onde a substância ilícita deve se destinar ao consumo pessoal, sendo, portanto, impossível a desclassificação do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

Pugna, ainda, o apelante pela fixação da pena-base no mínimo legal.

Como se infere do decreto condenatório, o Juiz Singular, ao promover a análise das circunstâncias judiciais do art. 59, do CP, no pertinente ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, considerou desfavoráveis a culpabilidade, os motivos e as consequências.

Além disso, considerando-se as elementares do art. 42⁴, da Lei nº 11.343/06, de que na fixação da pena-base deve prevalecer sobre as circunstâncias do art. 59 do CP, a natureza e a quantidade do entorpecente, na hipótese, de extrema gravidade e alta toxicidade, assim como em grande número de pedras de *crack* (367), tem-se que o arbitramento da reprimenda em 08 (oito) anos, próximo ao mínimo legal estabelecido para o crime, que é de 05 (cinco) anos, afigura-se adequado e justo às circunstâncias subjetivas e objetivas do caso concreto, devendo ser mantida irretocada.

⁴ Art. 42. O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.



542

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

Entretanto, denota-se da dosimetria que o Juiz Singular, após promover a redução pertinente às atenuantes genéricas de confissão e menoridade, reconhecendo em favor do acusado a redução de pena do § 4º, do art. 33, da Lei 11.343/2006, minorou a pena então de 07 (sete) anos em apenas 02 (dois) anos, e, além de especificar a fração aplicada, que é de 1 a 2/3 (um a dois terço), o fez a menor do que dispõe o referido regramento, porquanto em sendo aplicada a menor fração (1/3) a redução seria correspondente a 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses.

Sendo assim, levando em consideração as mesmas circunstâncias judiciais do art. 42 da Lei de Drogas e do art. 59 do CP, já analisadas por ocasião da sentença, em face da referida minorante, reduzo a pena de reclusão na fração de 2/5 (dois quintos), **a qual passa em definitivo para 04 (quatro) anos, 02 (dois) meses e 12 (doze) dias.**

Mantida a pena privativa de liberdade em patamar superior ao *quantum* do art. 44 do Código Penal, permanece vedada a sua substituição pela restritiva de direitos.

Ante o exposto, **voto pelo provimento parcial do recurso, reduzindo a pena privativa de liberdade imposta de 05 (cinco) anos para 04 (quatro) anos, 02 (dois) meses e 12 (doze) dias de reclusão**, permanecendo todos os demais termos da sentença condenatória de fls. 84/86.

Recife, 23.09.2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0009863-06.2011.8.17.0370 (0280529-8)
COMARCA : CABO DE SANTO AGOSTINHO – 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE : RODRIGO JOSÉ DA SILVA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR : DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR : DES. NIVALDO MULATINHO FILHO
PROCURADORA : DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA MENDONÇA
(CONVOCADA)

VOTO DO REVISOR

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por RODRIGO JOSÉ DA SILVA por se encontrar inconformado com a decisão de fls. 84/86, proferida pelo Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca do Cabo de Santo Agostinho-PE, que o condenou pela prática do crime previsto no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 (tráfico ilícito de entorpecente), à pena de 05 (cinco) anos de reclusão em regime inicial semiaberto, mais ao pagamento de 600 (seiscentos) dias-multa.

Narra a inicial de fls. 02/05 que, no dia 04 de outubro de 2011, por volta das 16:30 horas, em uma construção inacabada, na Rua 95, Quadra 51, Lote 02, no município do Cabo-PE, o Apelante foi flagrado de posse de 367 (trezentas e sessenta e sete) pedras de crack, com a intenção de vendê-las a terceiros.

Segundo ainda a atrial, após serem comunicados da prática do tráfico, policiais militares se deslocaram até ao local acima nominado, momento em que avistaram o Réu no primeiro andar do prédio. Na sequência, os milicianos iniciaram a abordagem do Acusado, que tentou evadir do local, mas foi dominado. Ao tentar fugir, RODRIGO se desfez de uma pochete de cor preta, na qual foram encontradas 367 pedras de crack, o que motivou a sua prisão, tendo os policiais o encaminhado à Delegacia de Polícia local.

A Defesa do Recorrente anexou as razões recursais, às fls. 94/106, requerendo, em síntese: a absolvição do Apelante pela insuficiência de provas; a desclassificação para o art. 28, da Lei nº 11.343/06; e se for o caso de ser mantida a condenação que a pena-base seja fixada em seu mínimo legal; e se a nova pena fixada estiver



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



em patamar inferior a 04 (quatro) anos, solicita a substituição da pena de reclusão por restritiva de direitos.

O Órgão Ministerial contrarrazoou às fls. 108/112, pugnando pelo improvimento do apelo para que a sentença condenatória seja conservada em todos os seus termos.

Instada a se pronunciar a douta Procuradoria de Justiça ofertou parecer às fls. 123/127, indicando o não provimento das razões recursais.

Ao analisar minuciosamente os autos, entendo que os argumentos defensivos não merecem acolhimento.

Senão vejamos.

Entende a Defesa que não existem provas suficientes de que o Acusado infringiu o art. 33, caput, da Lei de Drogas, no entanto, não é o que os autos indicam, eis que as provas de materialidade e autoria delitiva são robustas e incontestes.

A materialidade delitiva encontra-se confirmada diante do Auto de Prisão em Flagrante de fls. 20/25, no Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 28, pelo Auto de Constatação preliminar de fl. 41/42 e, pela perícia físico-química de fls. 71/80.

No tocante à autoria delitiva, variados são os fatores que indicam que o Apelante seja realmente autor da infração a ele imputada na inicial, tais como, as provas testemunhais acostadas a estes autos, os depoimentos dos policiais militares que realizaram a prisão em flagrante do denunciado, a confissão do mesmo na seara policial e em Juízo. Finalmente, a grande quantidade da droga apreendida e todos os fatores aludidos não deixam dúvidas acerca da responsabilidade criminal do acusado.

Na fase extrajudicial, à fl. 24, o Apelante confirmou todo o desenrolar dos fatos, reafirmando no mesmo sentido em Juízo, à fl. 66, inclusive, asseverou que havia comprado uma pedra grande de crack no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), a qual tinha sido dividida em 367 (trezentas e sessenta e sete) pedrinhas que seriam vendidas a R\$ 10,00 (dez) reais cada. Afirmou também que ainda tentou se livrar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



da pochete onde as pedras estavam. As narrativas do Acusado harmonizam-se com o que foi descrito pelos policiais Josemar Firmino dos Santos (fl. 09) e Ailton Luís de Brito (fl. 10), que efetuaram sua prisão em flagrante, e em Juízo, do Comissário de Polícia José Ivan do Amaral (fls. 66/67).

Sobre o inconformismo da Defesa no tocante às provas dos autos pelo motivo de se apoiarem em depoimentos de policiais, não encontro nenhuma justificativa legal para tal, tendo em vista que os policiais não se encontram legalmente impedidos de depor sobre atos de ofício nos processos de cuja fase investigativa tenham participado no exercício de suas funções, porque seus depoimentos, inquestionavelmente, são possuidores de força probatória, mormente quando são colhidos em Juízo, sob a garantia do contraditório.

Outro ponto importante a destacar é o fato do Apelante em suas declarações não haver feito nenhuma menção sobre sua condição de dependente químico. Poderia o Réu até ser consumidor como bem afirma sua Defesa, contudo, o acervo probatório coligido indica, unicamente, que aquela droga encontrada na posse do ora Acusado, se destinava exclusivamente à traficância. Dessa forma, não há como levar em apreço a referida alegação defensiva.

Então, uma vez comprovada a posse da droga pelo Recorrente, não importa o destino que o mesmo iria dar àquela, bastando para a caracterização do tipo penal, a condição do mesmo de ter sido abordado de posse dela. Além do mais, a elevada quantidade da droga apreendida acusa como certa a autoria do tráfico pelo Réu.

O tipo penal em questão é composto pela prática de diversos verbos bastando, para tanto, o dolo e qualquer uma das práticas previstas pela lei específica, sendo irrelevante a prova da prática do comércio, ao passo que as provas indicam que o Apelante praticou o delito previsto no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, quando ficou comprovado que o Réu **estava de posse de uma** considerável quantidade de **“crack”**.

No que pertine ao pedido defensivo para que a pena-base seja fixada em seu mínimo legal, igualmente, não vejo como atendê-lo, eis que o Juízo de 1º Grau para fixar a pena-base em 08 (oito)

Mrba/.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



anos ponderou corretamente as diretrizes previstas no art. 59, do Código Penal, das quais algumas foram valoradas em desfavor do Recorrente e, em face do mesmo ser menor de 21 (vinte e um) anos à época do crime e por ter confessado espontaneamente o delito, a reprimenda foi diminuída em 01 (um) ano, o que resultou numa reprimenda de 07 (sete) anos.

Vale ressaltar que, quanto ao quantum da pena fixada, além de se encontrar justificado pela análise das circunstâncias judiciais inerentes ao caso, o Magistrado "a quo" considerou também, na aludida dosimetria, a quantidade e a natureza da droga apreendida, o "crack", por ser substância de extrema agressividade para a saúde de quem as consomem, como se posiciona o art. 42, da Lei nº 11.343/06.

Logo, as circunstâncias relacionadas ao fato e ao ora Recorrente, não permitem que a pena-base seja fixada no mínimo para tipo, devendo a mesma ser mantida em 08 (oito) anos de reclusão.

Quanto à causa de diminuição da pena prevista no § 4º, do art. 33, da Lei Antidrogas, entendo como plausível o percentual aplicado pelo Juiz sentenciante, em função do que dispõe o art. 59, do CP, da natureza e da grande quantidade da droga apreendida em poder do ora Apelante, eis que 367 pedras de crack é uma considerável quantidade de droga de uma nocividade maior do que as outras. Considerando que a lei prevê que a aludida redução da pena varie entre 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) e, no caso presente o Magistrado fixou a redução em 02 (dois) anos, que corresponde à fração redutória de 2/7 (dois sétimos), demonstrando que a diminuição da reprimenda ocorreu num patamar acima do mínimo permitido.

Bem se vê que a fração de redução da pena prevista no § 4º, art. 33 da Lei nº 11.343/06, foi estabelecida em consonância com as diretrizes inscritas na Nova Lei de Tóxicos, de forma motivada e moderada, demonstrando ser adequada e suficiente à reprovação do crime.

Quanto ao pleito pela substituição da pena privativa de liberdade pela restrita de direitos, **não vejo como ampará-lo**, tendo em vista o *quantum* da reprimenda fixada pelo Juízo "a quo", que foi de 05 (cinco) anos em regime semiaberto, pois a norma penal no art.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



44, do CP, só concede citada substituição ao réu que tem contra si penas não superiores a 04 (quatro) anos, que não é o caso dos presentes autos. Ademais, as condições subjetivas do ora Apelante não indica que essa substituição seja suficiente para sua recuperação.

Por tais razões, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **voto pelo não provimento do presente Recurso de Apelação**, para que a decisão de 1º Grau seja mantida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 23 de setembro de 2014

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor